

# Hortas urbanas: oportunidades ou desafios?

» WILSON TIVELLI

Pesquisador científico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA)

» WARLEY NASCIMENTO

Presidente da Associação Brasileira de Horticultura e chefe-geral da Embrapa Hortaliças

Atividade agrícola realizada dentro de regiões metropolitanas e seus subúrbios, seja para a produção de alimentos para o próprio consumo seja para comercialização, é denominada de agricultura urbana e periurbana. Nesses espaços, o incentivo institucional e privado à criação de hortas alternativas, voltadas para a educação ambiental, à terapia ocupacional e aos cultivos não alimentares, tem sido de suma importância. Nesse contexto, também se enquadra o incentivo ao empreendedorismo em horticultura e culinária, a criação de oportunidades de contato entre as pessoas, inserção social, desenvolvimento de cidadania e manuseio sustentável dos bens disponíveis nas cidades, e, claro, a ocupação racional, articulada com autoridades públicas, de espaços urbanos ociosos ou subutilizados.

Recentemente, o Brasil passou a ter uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Pnaup), regida pela Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024. Ao instituir a Pnaup, o governo federal se alinha a um movimento que vem ocorrendo nos estados e municípios brasileiros há décadas, mas que, a cada dia, ganha maior importância no cenário mundial. A Pnaup surge para consolidar as experiências municipais e estaduais e compartilhar objetivos nobres e ambiciosos sobre o tema que incluem: 1) ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis; 2) propiciar a ocupação de espaços urbanos e periurbanos livres, ociosos e subutilizados; 3) ofertar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana e periurbana; 4) articular a produção de alimentos nas cidades com os programas de abastecimento e compras públicas para alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, estabelecimentos penais e outros; 5) estimular o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária voltado para a agricultura urbana e periurbana; 6) promover a educação ambiental e a produção agroecológica e orgânica de alimentos nas cidades; e 7) difundir a reciclagem e o uso de resíduos orgânicos, de águas residuais e de águas pluviais na agricultura urbana e periurbana.

O sétimo objetivo da Pnaup toca em um ponto crucial em tempos de mudanças climáticas que é o manejo adequado da água utilizada para a irrigação das hortas. De fato, diversas comunidades não estão suportando mais o uso compartilhado da água potável da



rede pública de abastecimento para irrigação de hortas urbanas. Águas residuais e ou águas da chuva coletadas e armazenadas podem (e devem) ser utilizadas na irrigação das hortas urbanas e periurbanas.

Invariavelmente, as hortas urbanas que buscam mitigar a insegurança alimentar e gerar renda plantam hortaliças folhosas, como alface, couve, rúcula, salsinha etc. Essas espécies são exigentes em água e, por isso, necessitam ser irrigadas diariamente. Portanto, repensar o tipo de hortaliça que podemos e devemos cultivar é fundamental para otimizar qualquer programa público. Nesse sentido, as hortaliças Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC) aparecem com uma opção atrativa, pois exigem menos água, são mais rústicas, de fácil cultivo e mais resilientes aos estresses bióticos e abióticos. Esse grupo de hortaliças, tais como beldroega, ora-pronóbis, caruru e taioba, tradicionalmente consumido pelos nossos antepassados, apresentam como vantagem adicional o elevado valor nutritivo. (<https://www.embrapa.br/inteligencia-estrategica-para-pequenos-negocios/plantas-alimenticias-nao-convencionais-pancs>).

Os gestores públicos precisam também estar atentos a possíveis contaminações do solo e do ar ocasionados pela agricultura urbana. Por exemplo, uma área com

restos de construção pode representar um risco para a produção de alimentos, uma vez que há possibilidade de haver metais pesados além dos limites aceitos. Além disso, em municípios industrializados ou com uma alta população, a poluição atmosférica precisa ser também considerada. Ainda, uma horta próxima à população deve ser implementada seguindo preceitos mais sustentáveis, com um mínimo de utilização de produtos químicos (agrotóxicos etc.), minimizando, assim, possíveis contaminações, não somente nas pessoas envolvidas, mas também na vizinhança e, claro, nos consumidores das hortaliças.

O cenário contemporâneo da agricultura urbana e periurbana é extremamente positivo. Já são inúmeras as experiências com estas hortas, sendo difundidas por centenas de municípios brasileiros. Apesar dos percalços, muitas dessas experiências são exitosas, alcançando os benefícios preconizados na Pnaup. Espera-se que a regulamentação dessa importante política pública ajude a garantir segurança alimentar, econômica e social das pessoas envolvidas, valorizando a formação de hábitos e costumes saudáveis, e contribuindo ainda mais para a sustentabilidade ambiental e a coesão social nas cidades.

## Falta de saneamento, saúde pública e o impacto da reforma tributária

» CHRISTIANNE DIAS

Diretora executiva da Abcon Sindcon, associação das operadoras privadas de saneamento

Em 2024, o Brasil voltou a ser a oitava economia do mundo. Enquanto o país reconquista posições entre os países de maior crescimento, temos ainda 32 milhões de pessoas sem água tratada e outros 90 milhões sem acesso ao esgotamento sanitário adequado.

A falta de saneamento afeta quem mais precisa dele para ter saúde e dignidade: 75% das pessoas que não estão conectadas à rede de água vivem com até um salário mínimo. Quem mais precisa de saneamento é quem menos tem acesso ao serviço. E o resultado disso é catastrófico para a saúde pública.

Um levantamento da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon), com base nos dados do Sistema Único de Saúde (SUS), mostra que as doenças relacionadas à falta de saneamento foram responsáveis, nos últimos três anos, por cerca de 1 milhão de internações. A cada ano, temos 70 mil óbitos a partir dessas internações em todo o país.

Somadas as despesas com essas internações nos últimos três anos, temos um custo de R\$ 2,2 bilhões. Assim, 3,6% das despesas com internações, realizadas no período, acabaram sendo relacionadas às internações por doenças decorrentes da falta de saneamento e 10,7% dos óbitos em internações foram causados por essas mesmas doenças. São números que não condizem com nosso potencial de desenvolvimento econômico e social, estatísticas que perduram e revelam o quanto ainda precisamos avançar para reduzir a desigualdade social a partir do saneamento.

O protagonismo do Brasil nessa questão tem sido proclamado pelo próprio governo, que, perante representantes das grandes economias globais, reiterou, na última reunião do G20, no Rio de Janeiro, o desafio de se investir maciçamente no saneamento para alcançar a universalização no país, que se dará, no próximo ano, a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP30), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Há quatro anos, quando o novo marco legal do setor passou a vigorar, ganhávamos um instrumento imprescindível na busca de uma resposta ao descompasso entre a robustez da economia e a falta de saneamento. Com a Lei nº 14.026/20, passamos a ter perspectiva de universalização dos serviços de água e coleta e tratamento de esgoto até 2033.

As diretrizes estabelecidas pela lei estão surtindo efeitos positivos na corrida pela universalização. Desde que a lei entrou em vigor, ocorreram 45 leilões em 19 estados, abrangendo todas as regiões do país, com R\$ 103,9 bilhões de investimentos contratados e outorgas. Ao todo, 32,4 milhões de pessoas foram beneficiadas em 597 municípios.

Em 2022, o investimento do setor atingiu R\$ 22,46 bilhões ante R\$ 18,3 bilhões do ano anterior. E a expectativa é de que 2023 tenha registrado novo aumento de investimentos (R\$ 26,8 bilhões). No primeiro triênio passado, sob as regras do marco legal (2020/21/22), o investimento médio foi de R\$ 19 bilhões, acima do registrado no triênio anterior (2017/18/19), quando houve

investimento médio de R\$ 16,7 bilhões.

Temos, entretanto, grandes desafios pela frente se quisermos atingir a meta de universalização nos próximos 10 anos. A Reforma Tributária, em aprovação no Congresso, é um desses desafios imediatos. O Legislativo, que soube conduzir a aprovação do marco legal de forma que o saneamento pudesse atrair os investimentos necessários, tem hoje a chance de confirmar essa atividade entre as prioridades nacionais.

Na análise da regulamentação da Reforma Tributária, o saneamento ainda não recebeu o mesmo tratamento da saúde. Dessa forma, o setor estará sujeito à alíquota integral padrão do novo IBS/CBS, hoje estimada em 26,5%. Considerando a tributação atual de 9,25%, essa brutal elevação do imposto significará um aumento médio de 18% nas contas de água de milhões de brasileiros. As empresas concessionárias precisarão recorrer a um processo complexo e moroso de revisão de tarifas a fim de garantir o equilíbrio dos contratos e o ritmo de investimentos para a universalização dos serviços.

Não ter o saneamento equiparado à saúde é um evidente contrassenso no cenário virtuoso atual, em que o marco legal do setor caminha para o amadurecimento e o desafio da universalização começa a ser vencido. Será um duro golpe para dezenas de milhões de famílias que ainda não têm acesso adequado à água, coleta e tratamento do esgoto. Interromper o progresso do setor prejudicará a saúde pública, a igualdade e o meio ambiente. O saneamento não pode esperar!

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circacunha.df@dabr.com.br](mailto:circacunha.df@dabr.com.br)

## Israel é nosso último enclave

Golda Meir (1898-1978), ex-primeira-ministra de Israel entre 1969-1974, por sua experiência e forte caráter, demonstrados, entre outras ocasiões, durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973, quando uma coalizão de países árabes lançou um ataque surpresa contra seu país, costumava lembrar a todos que a paz viria somente quando os palestinos e árabes baixassem as armas. No caso de Israel, era evidente que, caso viesse algum dia a baixar também as armas, imediatamente o Estado Judeu seria riscado do mapa do Oriente Médio. Tal parece ser a sina de Israel, cercada de todos os lados por inimigos que, sistematicamente, pregam o fim do Estado Judeu.

Consciente de sua situação permanentemente delicada, os judeus não puderam, em tempo algum abrir mão de suas defesas. Sempre viveram sob enorme tensão. Qualquer descuido é aproveitado pelo inimigo para promover um banho de sangue naquela região. Em 7 de outubro de 2023, foi assim. Um ataque terrorista, denominado Operação Tempestade Al-Aqsa, coordenado por militantes do Hamas, matou, de surpresa, 1.200 pessoas, a maioria civis, e sequestraram outros 240 reféns. De lá para cá, a situação desandou, com Israel bombardeando, diuturnamente, Gaza e outros redutos do Hamas, que usam como tática obrigar a população civil a se manter como escudo humano para os terroristas. Mais uma vez provocado, Israel não teve outra saída senão a guerra para proteger seu território e seu povo.

Desde 1948, quando lutou por sua independência, Israel não conhecia uma ameaça tão grave à sua existência. Gaza vive, desde 2007, quando o Hamas deu um golpe contra o governo da Autoridade Nacional Palestina (ANP). A partir daí, passou a impor uma ditadura militar e terrorista sangrenta sobre os palestinos, obrigando-os a se juntar ao grupo numa ensandecida guerra santa ou Jihad Islâmica. Óbvio que, numa situação como essa em que a população é refém desse grupo de fanáticos, as mortes ocorridas durante o bombardeio israelense são representadas, em sua maioria, por civis. Não foram poucas as vezes que os árabes rejeitaram e até descumpriram os acordos de paz com Israel. Foi assim em 1956, 1967, 1973, 1982, 2006, culminando com o ataque terrorista de 7 de outubro de 2023.

A situação de Israel é bem peculiar. Parte do mundo Ocidental apoia Israel, a única democracia moderna nessa imensa região, comandada por teocracias do tipo medievais. Alguns estrategistas militares, tanto da região quanto de outras partes do globo, concordam que Israel é hoje a única trincheira avançada do Ocidente contra o fanatismo islâmico, em sua intenção de dominar o mundo e aniquilar aqueles que denominam de infiéis. Em muitos desses países, é comum ouvir multidões, controladas por clérigos radicais, entoar gritos do tipo “morte aos infiéis”, “morte ao Ocidente” e “morte aos judeus”. O ódio contra ocidentais e judeus é incutido em toda a população, desde a infância nas escolas. Esses governos radicais insuflam suas populações contra tudo que difere do Islã. Buscar explicação racional para o fanatismo religioso é conjecturar sobre o nada ou sobre o desprezo do Hamas pela vida. O fato é que muitos insistem em ignorar que esses radicais estão transformando o mundo mulçumano e sua juventude em uma nação de mártires de Alá. Israel é, pois, nosso último e único enclave civilizatório, plantado em meio à barbárie, nessa batalha sem propósitos e que se prolonga desde os tempos das cruzadas.

Por diversas vezes, as lideranças desses grupos criminosos têm afirmado que depois do massacre de 7 de outubro, muitos outros ataques virão na sequência, interminavelmente. Por essas razões, Israel sabe que qualquer medida que vise um cessar fogo, só servirá para que os terroristas se rearmem e voltem a atormentá-lo. É preciso mudar todo o quadro atual que levou ao conflito. O que ocorre nesta guerra e a difere de outras pelo mundo é que não é uma batalha entre duas forças ou dois exércitos, mas uma luta entre uma força regular e um aglomerado de terroristas, cujos objetivos contrariam os princípios de uma guerra tradicional. O que parece ter mudado em relação a mais esse conflito é que parte do Ocidente, antes se alinhado, automaticamente, a Israel, vive um momento de intensa polarização política, com extremistas da esquerda e da direita se digladiando pelo controle do Estado.

Como é sabido, os radicais políticos sempre foram contrários a Israel e ao povo judeu. Ao longo da história, há exemplos mostrando que ambos os espectros políticos extremos sempre nutriram ódio pelos judeus. O Relatório Anual Mundial sobre Antissemitismo, regularmente publicado pela Universidade de Tel Aviv, mostra que, em 2023, houve um aumento significativo no número de atos contra os judeus em todo o mundo. Esses atos recrudesceram ainda mais depois dos atos de 7 de outubro. Para seus formuladores, a data ajudou a espalhar um incêndio que estava fora de controle. Em Nova Iorque, onde vivem muitos judeus, houve o registro de mais de 330 crimes de ódio antissemitas, com mortes, vandalismo e ameaças diversas. França, Reino Unido, Argentina e Alemanha também registraram esses atos. No Brasil, houve um aumento de 432 incidentes para 1.774. Um número assustador, mas que coincide com posições assumidas vistas em redes sociais e entrevistas de autoridades.

### »A frase que foi pronunciada:

“Muitas vezes, fui acusada de conduzir as questões públicas mais com a emoção do que com a razão. Bem... e se for verdade? Aqueles que não sabem chorar com o coração tampouco sabem rir.”

Golda Meir

### »História de Brasília

Essa comissão teve origem numa denúncia de empreiteiros, segundo a qual só recebiam suas faturas depois de “pagar por fora” cinco a dez por cento para a “caixinha”.  
Publicada em 18/4/1962